

## **SOBRE CIDADES, CULTURAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS**

**Célia Rocha Calvo<sup>1</sup>**

**Resumo:** Partindo da História Social, pretende-se discutir a cidade como categoria historicamente constituída nas relações entre diferentes grupos e sujeitos. Refletir sobre a transformação social na vida cotidiana, ponderando sobre os significados políticos das desigualdades sociais, para a apreensão das diferenças como qualidades alternativas e para a descoberta de tendências, nem sempre visíveis, que questionam ou subvertem a ordem. (Sarlo;1997)

Apreender a cidade como expressão de um campo conflituoso, no qual as muitas memórias e histórias exprimem-se como atos de apropriação, de pertencimento social de muitos e diferentes sujeitos históricos, mediante os processos de exclusão, apropriação e portanto de dominação/ resistência e insubordinação.

**Palavras Chave:** Histórias, Memórias, Culturas e Cidades.

No cotidiano do meu trabalho, enquanto professora/historiadora, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cidade e Trabalho, vinculado á Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em História Social e também no curso de graduação em Historia da UFU, tenho sempre insistido na necessidade de valorizar a História enquanto dimensão das práticas, dos viveres e da consciência humana dos muitos e diferentes agentes históricos uma vez que ela representa as mudanças realizadas ao longo do tempo, nos espaços construídos por muitos sujeitos históricos.

Reconhecer e investigar a história neste campo da diversidade e diferenças entre práticas e vivências rurais e urbanas tem significado fortalecer uma perspectiva proveniente das ações dos movimentos sociais de trabalhadores do campo e da cidade quando, ainda nos anos oitenta do século passado, pautavam na agenda pública a necessidade do reconhecimento de suas lutas, disputas, conquistas e derrotas. (Sader, 1988). Desse tempo para cá, não houve apenas uma renovação de temas na produção historiográfica e sim o fortalecimento de uma premissa de que o historiador, mesmo quando investiga temas de períodos longínquos está sempre a dialogar e refletir sobre e com o seu próprio tempo e com as pessoas que nele vivem tanto na academia como noutros lugares da vida social.

Dessa maneira a perspectiva tem apontado sobre a necessidade de democratizar a produção do conhecimento histórico, o que significa retirar a Historia do invólucro de

um tempo preso aos grandes acontecimentos, isolados e ou firmados, muitas vezes, nos marcos consagrados de um tempo homogêneo e distante das problemáticas vivenciadas socialmente, no presente. Como dizia a historiadora Déa R Fenelon,

*“Se este é o nosso presente e se concordamos que a “ História é objeto de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturados de ágoras” como disse Benjamim, precisamos fundar um conceito sobre esse presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “ fazedores de historia” em todos os níveis e concepções”<sup>2</sup>.*

Nesta perspectiva democratizar a produção do conhecimento sobre a história, tem significado fundar uma concepção sobre esse tempo presente, reconhecendo nele as ações de muitos e diferentes sujeitos e que essa diversidade apresenta-se como dimensão necessária para a compreensão crítica tanto do passado como do presente por nós investigados. Isto porque não podemos lidar com o passado social como Tabula Rasa, como dizia o historiador francês Chesneaux (1995) já que o tempo trabalhado pela memória é produzido como relação ativa, sobretudo, quando o foco das nossas investigações recaí sobre ações de sujeitos que continuam protagonistas neste presente, isto é, num tempo em que as ações dos grupos dominantes continuam a “inventar” práticas e modos de dominação na vida social.

Deste modo a valorização da história no social tem implicado, por um lado, questionar a maneira como socialmente o conhecimento sobre a História assenta-se nos referenciais fundacionais das instituições políticas do Estado, em suas diferentes instâncias de poder; em representações políticas instituídas e geralmente justificadas na produção e difusão de biografias e genealogias das classes dominantes.

Por outro lado e, para além desta crítica, tem importado investigar a História tomando como perspectiva a diversidade dos agentes sociais em suas relações vividas no social, compreendendo essas relações não do ponto de “vista dos de baixo”, como requeriam algumas tendências historiográficas, e sim trazendo a dimensão da luta e da luta de classes, cuja visibilidade também pode se dar por meio das nossas indagações e questões colocadas no momento do diálogo com as evidências e com o trabalho árduo da produção da escrita da história. Com esses procedimentos o historiador também se insere na luta, colocando-se como agente ativo no processo de disputas na vida social pelo direito à memória e a história dos muitos e diferentes sujeitos históricos.

Pois como disse Paoli, num congresso acontecido em 1992,

*"... a construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências do grupo mesmo quando tenham um fraco nexo com a história instituída. E exatamente aí se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica".<sup>3</sup>*

Desta maneira, reconhecer a diversidade de sujeitos implica antes em reconhecer no movimento contraditório das relações capitalistas de produção e de dominação social a constituição dos muitos sujeitos, na cidade e no campo, buscando dialogar com suas experiências sociais, suas memórias e histórias silenciadas ou ocultadas na dinâmica da luta diária na vida social. Isto porque:

*"Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa Memória capaz de cunhar uma História "certa". E nosso campo de atuação é justamente este: como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para detectar as razões que o engendraram, buscamos transformar o presente sempre atentando para o que nele resta desse passado, tendo como horizonte a construção de um futuro diferente do que temos hoje".<sup>4</sup>*

Assim valorizar a história enquanto dimensão da consciência social e da prática social dos muitos sujeitos históricos, significa por um lado o distanciamento de uma visão dicotômica entre o "passado e o presente", do suposto de que haja uma memória

“popular ou do povo” que se constitui em oposição a uma outra memória oficial e ou erudita”. E por outro lado aceitar o desafio de firmar, no trabalho da produção historiográfica, os compromissos do historiador com o social, tendo *como*

*“... ponto de partida para se pensar a memória o terreno das lutas e tensões sociais, em tudo aquilo que se apresenta como memória produzida socialmente, isto é, na maneira como as diferenças entre sujeitos são delimitadas, explicitadas e significadas enquanto relações de dominação, de contenção e resistência, de apropriação e expropriação do seu modo de viver, ver, sentir e lembrar/pensar essas relações vividas”<sup>5</sup>.*

Ao levar em conta esta perspectiva buscamos compreender a cidade nas diferentes memórias que revelam a sua materialidade (ordenação espacial) nos viveres urbanos, em processos que definem sua paisagem social, tanto nos atos de intervenção técnica/política dos projetos dominantes, como naqueles que se cruzam e se conflitam nas relações vividas.

Aprender a cidade como expressão de um campo conflituoso, no qual as muitas memórias e histórias exprimem-se como atos de apropriação, de pertencimento social de muitos e diferentes sujeitos históricos, mediante os processos de exclusão, apropriação e portanto de dominação/ resistência e insubordinação.

Sob este ângulo tenho me dedicado aos estudos sobre as cidades brasileiras considerando que a partir das últimas décadas do século passado, elas tornaram-se lugares predominantes da vida social, bem como das contradições inerentes a esse processo de transformação. Nesse tempo as paisagens de muitas cidades passaram a apresentar uma arquitetura ligada aos símbolos do capitalismo industrial: o acelerado processo de valorização das terras urbanas provocando mudanças nos valores de uso e ocupação do solo urbano com a expansão do mercado imobiliário e industrial, sustentado pelas políticas Estatais de planejamento urbano, incentivos fiscais, investimentos em equipamentos urbanos e por todos os aparatos que compuseram a nova forma de ordenar os espaços da vida urbana, assentadas nas premissas ideológicas do fordismo em diferentes matrizes norte americanas. (Harvey, 1989 p.125).

Nos dizeres do geógrafo Milton Santos (1994) o avanço das relações capitalistas tanto no campo como na cidade foi em grande medida responsável pelo fato da

sociedade torna-se praticamente urbana, a partir das últimas décadas do século XX. Segundo ele,

*Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea ( antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. O Turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mas que a separação tradicional de um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje no País, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano ( incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola ( incluindo áreas urbanas)” ( Santos, 1996)*

A urbanização da sociedade, no início dos anos noventa, não pode ser compreendida sem a visão de que nestes anos a sociedade brasileira estava presenciando a falência do sonho liberal do “Brasil Moderno”<sup>6</sup> ou daquelas políticas que estiveram ancoradas nos “projetos de modernização”pautadas nas premissas ideológicas da “ integração do território nacional” pela via dos projetos de industrialização induzidos e gestados em pleno regime ditatorial, dos governos militares, entre 1964-a 1985.

Tendo no horizonte de investigação as reflexões sobre esse processo passei a desenvolver em 2010 o projeto: *Cidade, Memória e Cidadania Cultural: “Um estudo sobre programas de Revitalização/reabilitação das áreas centrais das cidades de Belo Horizonte e Fortaleza: 1990-2010”*<sup>7</sup>. A proposta foi investigar os processos de implantação dos programas de revitalização/reabilitação, refletindo-os como “novas modalidades de intervenção urbana”, sobretudo, nas cidades que se transformaram na virada do século XXI, em centros de regiões metropolitanas.

Para perseguir estes objetivos foi preciso viver nestas cidades, ao longo de um ano, buscando, neste tempo, apreender na dinâmica da vida urbana, o movimento cotidiano dos seus moradores, os diferentes usos e apropriações dos espaços reabilitados/revitalizados. Esse tempo foi necessário para construir um olhar que não ficasse aprisionado às imagens veiculadas nos materiais de publicidade, nas rotas e guias turísticos. Para tanto criei como estratégia andar por estes espaços carregando uma máquina fotográfica, um gravador e um bloco de anotações, buscando com essas ações produzir registros que atuassem como fontes para a reflexão.

Em Belo Horizonte, caminhei pelo centro da cidade, fotografando cenas dos espaços públicos, ruas, praças e avenidas, conversando com seus moradores. Nestas andanças chamou especial atenção alguns marcos estéticos que se destacavam nas obras de construção do Bulevar dos Arrudas, nas restaurações da Praça Rui Barbosa, do prédio da Estação Ferroviária<sup>8</sup> e a criação da esplanada; também a incidência de práticas de preservação de fachadas de alguns prédios localizados no entorno e os projetos paisagísticos que incorporam alguns aparatos tecnológicos como iluminação<sup>9</sup>.

Já em Fortaleza as caminhadas se deram nos espaços reabilitados da Praia de Iracema que se estendem à praia de Meirelles, pelas obras do aterro e dos calçadões, até o Mucuripe, onde se localiza o Porto da Cidade. Este percurso tem cerca de seis quilômetros e é tomado pelas ocupações de hotéis e Flats para turistas, condomínios de luxo, cercados por segurança privada, bem como, uma variedade de restaurantes, para todos os gostos. Nestes seis quilômetros de orla as obras de revitalização apresentam-se de modo articulado aos sentidos de usos que se quer firmar neste ao espaço: lugar de exercícios físicos, de passear com animais e fazer caminhadas; quadras de jogos além das barracas padronizadas para o uso destes que freqüentam o calçadão.

Em Mucuripe situa-se o mercado de venda do peixe, com barracas de alvenarias recém construídas pela prefeitura, ao lado de outras de madeira. Neste mercado os pescadores mantêm, segundo eles, uma prática artesanal de comercialização do pescado, pois vendem o que pescam durante a noite ou madrugada aos moradores e turistas da cidade.

Nas andanças por estas cidades, procurei focar no ângulo das varias fotografias os usos “dissonantes” dos sentidos que se procura atribuir aos espaços nos planos e programas de reabilitação/revitalização.

Também realizei entrevistas com trabalhadores que ocupam estas áreas revitalizadas, para compreender por meio de suas narrativas os diferentes significados destes programas nos espaços vividos por eles e compreendidos nesta pesquisa como territórios de seus pertencimentos e direitos à cidade.

Com esses moradores busquei identificar a maneira como interpretam as transformações nos espaços revitalizados refletindo suas narrativas como componentes da problemática investigada. As entrevistas foram realizadas nos espaços de suas residências ou nos espaços públicos onde trabalhavam, vivem e se reconhecem socialmente enquanto cidadãos nas cidades pesquisadas.

Na produção destas narrativas a interlocução construída com os entrevistados será analisada para além dos limites “pessoais” da fala e, ao mesmo tempo, vinculado a este campo de relação entre o pesquisador e o entrevistado, no qual o enredo é construído. Isto para dizer que as narrativas não “traduzem” a realidade interpretada pelos entrevistados, de modo externo e desarticulado de suas culturas. Suas falas apresentam-se como atos de intervenção nesta realidade. Nestes diálogos estes agentes assumem suas autorias quando selecionam os elementos com os quais compõem seus enredos e por meio deles vão produzindo linguagem e memória sobre seus modos de viver diante das determinações, dos limites e das pressões vividas na dinâmica da vida urbana.

Cabe ressaltar os procedimentos de produção e de análise destas fontes, pois o que o que é dito não representa um “reflexo” imediato do que é vivido. O que é dito é constituído como um processo ativo de produção de memória na linguagem articulada aos elementos constitutivos de suas culturas, isto é, nos valores e significados atribuídos ao movimento de mudanças, na dinâmica das lutas diárias, do viver a desigualdade e a expropriação de seus modos de vida. (Williams, 1979 p.27).

Nesta perspectiva, as narrativas orais são constitutivas desta realidade social, porque intervêm nela, não de modo a “desmistificá-la” e, sim, no sentido de disputá-la em meio à correlação das forças hegemônicas, no campo contraditório no qual essas relações forjaram historicamente a sociedade capitalista.

Por meio destes procedimentos metodológicos procurava, então, não cair numa visão “classificatória” dos espaços revitalizados e sim compreendê-los nos significados sociais articulados à vida urbana, aos sentidos de presente-passado, que se projetam em sua materialidade, quer na arquitetura dos prédios, nos diferentes traçados de ruas e avenidas, nas fachadas das edificações restauradas e ou preservadas como patrimônio histórico atentando para os usos culturais vinculadas a instituições públicas ou privadas, como também, no modo como seus habitantes os referenciam no cotidiano das relações vividas na cidade.

Desta maneira desejava também “resistir” ao “modo operante” das imagens vinculadas aos interesses do capital globalizado, que pretende transformar a cidade em cenários para um público constituído na orbita das relações compostas pelas redes criadas dos investimentos em “grandes negócios”, pautados numa lógica que procura “descobrir”, “inventar” e reafirmar uma “vocação” para a cidade para que esta ingresse

ou integre um sistema competitivo neste mercado globalizado. Sob este prisma tais investimentos procuram transformar a cidade em lugares prioritários dos interesses ligados aos setores da indústria de serviços entre eles o da tecnologia em comunicação e da oferta de bens culturais<sup>10</sup>.

A questão central foi problematizar os sentidos difundidos de degradação/preservação dos espaços revitalizados, como também analisar os significados destas ações para moradores, trabalhadores que vivem nestas áreas apropriam-se delas e as constituem como lugares dos seus pertencimentos ancorados nos referenciais de suas culturas, memórias e histórias. Por esse ângulo procurei investigar estas práticas e modos de viver sem dissociá-las das experiências reportadas na memória social o que significou pensar sobre os desafios vivenciados no modo como muitos trabalhadores construíram seus viveres na cidade e por meio deles as possibilidades de futuro construídas nos horizontes de suas culturas<sup>11</sup>, sonhos e expectativas<sup>12</sup>. Trazer para o foco estes viveres implicou refletir o processo de transformação das cidades isto é nos espaços que se forjavam nas relações conflituosas e tensas entre diferentes modos de viver e de fazer-se na cidade ( Calvo, 2001).

Cabe dizer que investigar esses conflitos supõe compreendê-los no leque das tensões que marcam a cidade como lócus das contradições sociais e da reprodução da divisão social do trabalho evidenciada não apenas pelas “desigualdades de usos” e delimitação das “fronteiras simbólicas” entre espaços de uns e de outros, criados em decorrência da “exclusão social” e da “segregação espacial”. A meu ver tais conceitos tendem a reforçar uma visão dicotômica sobre a criação da cidade orientada pelas premissas da “crise ou da falência” dos projetos vinculados às concepções do urbanismo modernista, segundo os quais os territórios criados nos viveres dos trabalhadores são tipificados como a “face oculta” ou como lugares representativos da “não cidade”.

Se, por exemplo, a partir dos anos 1970, muitos trabalhadores passaram a viver em espaços marcados pela ausência de equipamentos urbanos, de obras de infraestrutura, improvisando moradias, em áreas de risco, nos altos dos morros ou às margens de rios e córregos o que significou conviver com situações de risco de morte e de insegurança de toda a natureza, essa experiência não anulou as potencialidades destes habitantes no processo de criação da cidade. Ao contrario esses viveres aturam como

farol para a crítica política dos paradigmas liberais do urbanismo modernista<sup>13</sup>, como diz Ermínia Maricato:

*“(.) o urbanismo brasileiro ( entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com a ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Alias ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias ”<sup>14</sup>.*

É preciso, portanto, refletir sobre as transformações das cidades levando em conta os conflitos e tensões sociais que movimentaram esse processo de mudanças na ordenação e criação dos espaços, o que implica investigá-los de modo articulado tanto a criação dos lugares “fora das idéias” como também “dos lugares construídos pelas idéias”, o que significa apreender na paisagem da cidade os atos representativos da sua criação, realizada pela intervenção dos grandes projetos urbanos, ancorados nos circuitos dos poderes instituídos e dos saberes técnicos e especializados como também nas experiências sociais dos trabalhadores nos seus modos de viver e de lutar pela cidade. Posto que:

*(...) Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a historia de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isto, reafirmamos a idéia de que a cidade, nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não esta apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta dos planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade. (Fenelon, 1999).*

Assim refletir sobre o tempo de transformação da cidade tem significado por um lado, problematizar os sentidos das intervenções que buscam ordenar a cidade nas redes

dos poderes que se constituem na defesa de uma “racionalidade” afeita aos interesses do mercado capitalista e, por outro compreender essas transformações levando em conta os viveres constituídos nas relações daqueles que, se não estiveram no comando das políticas instituídas, nem por isso deixaram de ser protagonistas na criação dos seus espaços, em suas práticas de morar, trabalhar, de se divertir relacionados aos hábitos, costumes, crenças e comportamentos criados nas experiências destes viveres urbanos, em seus modos de marcar na paisagem urbana a visibilidade de suas práticas sociais, por meio dos seus referências das suas memórias e por isso das outras histórias da cidade.

---

<sup>1</sup> Profa Instituto de História. Programa de Pós-Graduação em História. UFU. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cidade e Trabalho.

Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Pesquisadora do CNPQ.

<sup>2</sup> Fenelon, Déa R. O Historiador e a Cultura Popular. História de Classe ou história do Povo? In Revista História & Perspectivas.n.6.Uberlândia.Edufu.UFU, 1992. P.6

<sup>3</sup> Paoli, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH, São Paulo,1992 p.26

<sup>4</sup> Fenelon, Dea R. et al. Introdução Muitas Memórias, outras historias.CAPES/PROCAD. São Paulo. Olho d'Água,2004.p.6

<sup>5</sup> Projeto PROCAD. Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias.CAPES/2000.

<sup>6</sup> Ver: Telles, Vera Silva: Pobreza e Cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno. In Direitos Sociais. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

<sup>7</sup> O Projeto recebeu financiamento do CNPQ a partir de agosto de 2010.

<sup>8</sup> Ver Miranda, J. de Souza. A Gênese de Preservação do Patrimônio Municipal de Belo Horizonte. Movimentos Sociais e a defesa da Praça da Estação. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da UFMG. BH, 2007 . Neste trabalho o autor trabalha com entrevistas dos arquitetos que participaram do processo de mobilização pelo tombamento dos conjuntos históricos de Belo Horizonte, sendo o primeiro deles o que compõe o complexo ferroviário.

<sup>9</sup> Estas reflexões foram publicadas no artigo: Programas de Revitalização Urbana: Os processos de apropriação/expropriação dos espaços e territórios dos trabalhadores. Belo Horizonte.MG.Apontamentos de uma pesquisa.In: Anais do XVII Encontro Regional de História: O lugar do conhecimento no mundo contemporâneo. Conhecer, Pesquisar e Ensinar História. ANPUH-MG, 2010, Uberlândia ANAIS ELETRONICO. FAPEMIG/UFU/CAPES, 2010. v.1. p.1 - 11

<sup>10</sup> Não são poucos os estudos que abordam essas questões referindo-se à experiência das propostas de revitalização/requalificação principalmente as européias que tem como paradigma a cidade de Barcelona, na Espanha, em 1992. Sobre esse tema ver: Otilia, Arantes Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas Gestões Urbanas. In A cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. Petrópolis, 3 edição.Editora Vozes, 2002.p.11-75

<sup>11</sup> Cultura conforme os estudos de E P Thompson, in A Miséria da Teoria: ou um planetário de Erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Segundo este autor a relação entre cultura e experiência incide como o termo ausente das grandes análises teóricas sobre o processo de constituição da sociedade capitalista industrial. Diz ele: “os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas da prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre sua situação determinada” p.182.

<sup>12</sup>Cabe dizer também que ao lidar com as “culturas e experiências sociais” de trabalhadores, seus viveres urbanos e rurais, trazemos para o foco das nossas investigações as ações de sujeitos que tenham pouca ou

---

nenhuma visibilidade nos debates historiográficos até os anos 1980. Até então, a produção historiográfica estava vinculada as opções de tempo histórico que primavam ou por uma periodização firmada nas rupturas das estruturas e instituições formais (Estado) ou na formação do mercado de trabalho formal na sociedade capitalista, o que impedia de compreendê-los como agentes no processo de transformação social e como protagonistas destas ações. Esta reflexão tem sido realizada em parcerias com pesquisadoras/historiadoras do Núcleo de Estudos Culturais da PUC-SP.

<sup>13</sup> Vale dizer ainda, que a crítica a esse urbanismo-modernista, realizado em diferentes áreas do conhecimento, pautou-se em noções de direitos à cidade ancoradas nas problemáticas agendadas pelos movimentos sociais dos trabalhadores em suas reivindicações por obras de infra-estrutura, equipamentos urbanos, saúde, habitação e educação. Esse tempo, final dos anos 1980, culminou com movimentos mais amplos de luta e disputa democrática, como o “das Diretas já” e a criação do Partido dos Trabalhadores que trouxe em seu manifesto de fundação a presença de diferentes agentes ligados aos movimentos sociais do campo como os da cidade, como dos setores de classe médias urbanas e intelectualizadas.

<sup>14</sup> Maricato, Erminia. Brasil Cidades: alternativas para a crise urbana, Petropolis, RJ: Vozes, 2001 p.47